



ANÁLISE DA INSERÇÃO DE CIDADES NO MOVIMENTO *SLOW CITY* COMO DIRETRIZ DE QUALIFICAÇÃO E INOVAÇÃO TERRITORIAL

ANALYSIS OF THE ADHERENCE OF CITIES IN THE SLOW MOVEMENT AS A GUIDELINE FOR QUALIFICATION AND TERRITORIAL INNOVATION

ANÁLISIS DEL ADHESIÓN DE CIUDADES EN MOVIMIENTO SLOW CITY COMO DIRECTRIZ DE CALIFICACIÓN E INNOVACIÓN TERRITORIAL

Magnus Luiz Emmendoerfer¹

Brendow de Oliveira Fraga²

Vânia Natércia Gonçalves Costa³

Marco Aurélio Marques Ferreira⁴

RESUMO

Governos de cidades de pequeno porte têm buscado estabelecer diretrizes para implementação de práticas de qualificação territorial para se diferenciar de outras cidades e atrair investimentos para o desenvolvimento desconcentrado das metrópoles. Uma dessas diretrizes tem sido o Movimento *Slow City*, objeto deste estudo. Assim, o objetivo é analisar a inserção de cidades no movimento *slow* como diretriz de qualificação territorial. Em termos metodológicos, realizou-se um estudo de caso em duas cidades que se envolveram com o movimento *slow* em países iberoamericanos: Vizela (Portugal) e Rio Doce (Brasil). A coleta de dados ocorreu *in loco* por meio de manejo de bibliografias e documentos internos, bem como aplicação de entrevistas com roteiro semiestruturados. Os dados coletados foram tratados e analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo (AC) do tipo categorial, com base em premissas, constructos e categorias, formuladas a partir da literatura especializada sobre o objeto em estudo. Os resultados indicaram como a inserção de uma cidade a um movimento de alcance internacional, contribui com novas perspectivas para a elaboração de ações, compromissos e políticas públicas em nível local. Evidenciou-se ainda, limitações relacionadas a distanciamentos significativos entre o discurso institucional do Movimento *Slow City* e a realidade vivida por seus membros. Contudo, observou-se que o envolvimento comunitário para a coprodução do bem público, o planejamento urbano e a inovação territorial são elementos inerentes ao desenvolvimento e à sustentabilidade, trazendo novas possibilidades para a gestão pública em nível local, como a adesão à Agenda Global 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Palavras-chave: *Slow City*. Qualificação territorial. Planejamento Urbano. Coprodução do bem público. Inovação territorial.

¹ Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política. Professor Associado, Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa. Minas Gerais. Brasil. E-mail: magnus@ufv.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4264-8644>

² Mestre e doutorando em Administração. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. Minas Gerais. Brasil. E-mail: brendowfraga@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2360-2541>

³ Doutor em Economia. Professora da Escola Superior de Hotelaria e Turismo no Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA). Barcelos. Portugal. E-mail: vcosta@ipca.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4202-8779>

⁴ Doutor em Economia. Professor Associado da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. Minas Gerais. Brasil. E-mail: marcoaurélio@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9538-1699>

ABSTRACT

Small-town governments have sought to establish guidelines for implementing territorial qualification practices to differentiate themselves from other cities and attract investment for the deconcentrated development of metropolises. The Slow City Movement, the object of this study, has been one of these guidelines. Thus, the aim is to analyze the adherence of cities in the slow movement as a guideline for territorial qualification. In methodological terms, a case study was carried out in two cities that were involved with the slow movement in Ibero-American countries: Vizela (Portugal) and Rio Doce (Brazil). Data collection took place in loco through handling of internal documents and bibliographies as well as application of interviews with semi-structured scripts. The collected data were treated and analyzed using the Content Analysis (CA) technique of categorical type, based on premises, constructs and categories, formulated from the specialized literature on the object under study. The results indicated how the adherence of a city into an international movement contributes with new perspectives for the elaboration of actions, commitments and public policies at the local level. Limitations related to significant distances between the institutional discourse of the Slow City Movement and the reality experienced by its members were also evidenced. However, it was observed that community involvement for the co-production of the public good, urban planning and territorial innovation are elements inherent to development and sustainability, bringing new possibilities for public management at the local level, such as adherence to the United Nations' 2030 Global Agenda.

Keywords: Slow City. Territorial Qualification. Urban Planning. Public Coproduction. Territorial Innovation.

RESUMEN

Los gobiernos de pueblos pequeños han buscado establecer pautas para implementar prácticas de calificación territorial para diferenciarse de otras ciudades y atraer inversiones para el desarrollo desconcentrado de las metrópolis. Una de estas pautas ha sido el Movimiento Slow City, objeto de este estudio. Así, el objetivo es analizar la adhesión de las ciudades en el movimiento slow como pauta de cualificación territorial. En términos metodológicos, se realizó un estudio de caso en dos ciudades implicadas en el movimiento slow en países iberoamericanos: Vizela (Portugal) y Rio Doce (Brasil). La recolección de datos se realizó en el lugar a través de manejo de documentos internos y bibliografías, bien como aplicación de entrevistas con guiones semiestructurados. Los datos recolectados fueron tratados y analizados mediante la técnica de Análisis de Contenido (AC) de tipo categorial, basada en premisas, constructos y categorías, formulada a partir de la literatura especializada sobre el objeto en estudio. Los resultados indicaron cómo la adhesión de una ciudad en un movimiento internacional, aporta nuevas perspectivas para la elaboración de acciones, compromisos y políticas públicas a nivel local. También se evidenciaron limitaciones relacionadas con las importantes distancias entre el discurso institucional del Movimiento Slow City y la realidad vivida por sus integrantes. Sin embargo, se observó que la participación comunitaria para la coproducción del bien público, la planificación urbana y la innovación territorial son elementos inherentes al desarrollo y la sostenibilidad, trayendo nuevas posibilidades de gestión pública a nivel local, como la adhesión a la Agenda Global 2030 de las Naciones Unidas (ONU).

Palabras-clave: Coproducción Pública. Planificación Pública. Calificación Territorial. Innovación Territorial.

Como citar este artigo: EMMENDOERFER, Magnus Luiz *et al.* Análise da inserção de cidades no movimento *Slow City* como diretriz de qualificação e inovação territorial. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, ed. esp., p. 171-194, out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v10ied.esp..3105>.

Artigo recebido em: 25/08/2020

Artigo aprovado em: 05/10/2020

Artigo publicado em: 23/10/2020

1 INTRODUÇÃO

No contexto da gestão pública contemporânea, um elemento que vem sendo utilizado pelos municípios com o escopo de aumentar suas possibilidades, consiste na qualificação territorial, isto é, na busca de diferenciais para o território que permitam destacar a gestão municipal, tornando-a mais legítima e ampliando sua visibilidade (DALLABRIDA, 2007; SAKR; DALLABRIDA, 2016). Neste sentido, surgem as chamadas cidades criativas, cidades empreendedoras, cidades sustentáveis, cidades digitais e inúmeras outras distinções territoriais, que atribuem a uma localidade, determinadas características e especificidades na gestão (MENDES, 2014) e governança do território.

Neste sentido, surgem questionamentos: como tem ocorrido a inserção desta distinção territorial em nível municipal? Isso tem ocorrido em cidades de pequeno porte? Em países com desenvolvimento tardio como os ibero-americanos?

Para fins deste artigo, parte-se do pressuposto que governos de cidades de pequeno porte têm buscado estabelecer pelo menos uma distinção territorial enquanto diretriz para implementação de práticas de qualificação territorial para se diferenciar de outras cidades e ser capaz de atrair investimentos para o desenvolvimento desconcentrado das metrópoles. Uma dessas diretrizes tem sido o Movimento *Slow City*, objeto deste estudo.

O *Slow City* tem suas bases ideológicas no chamado *Slow Movement*, ou Movimento *Slow* (MS) como tem sido tratado por alguns autores (ARINS, 2009; ILDIKO, 2013; FERREIRA, 2015; BAUER, 2016) cujas reflexões filosóficas são compostas por elementos que denunciam o culto à velocidade e o progresso irrefletido, monológico e unidirecional, defendendo a importância de se considerar elementos da subjetividade humana na vida em sociedade de modo a possibilitar aos indivíduos aprimorarem-se como pessoas autônomas e livres.

No contexto do modo de vida nas cidades, enquanto uma derivação, ou ainda, uma vertente do movimento *Slow*, o *Slow City* tem como escopo o uso de ferramentas e tecnologias orientadas para preservação e aprimoramento da qualidade do meio ambiente e da malha urbana; o estímulo à produção e consumo sustentáveis em nível local – valorizando e dando

preferência aos pequenos produtores regionais; o desenvolvimento sustentável e o consumo consciente; bem como a produção de alimentos naturais e a valorização da cultura e das tradições locais (ARINS, 2009).

Destaca-se ainda em relação ao *Slow City*, as proposições de Carvalho (2014) em que para a efetivação da proposta, a adesão popular seja um elemento fundamental, pois, com os atores sociais engajados e comprometidos, e com um sistema para a comunicação entre a sociedade e a gestão pública, é possível que uma cidade se desenvolva dentro de uma filosofia *Slow*, cujos assuntos prioritários tratem do bem viver da população.

Essas proposições coadunam com as ideias de Moura et al. (2002, p. 612), o quais afirmam que “não é viável pensar em desenvolvimento sem considerar aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais, bem como que tal desenvolvimento pressupõe a ação local”. Essa informação endossa o argumento de que o *Slow City* possa ser visto como uma diretriz de desenvolvimento local, em função seu caráter multidimensional que insere outras lógicas além da econômica no processo de desenvolvimento, como lógicas sociocêntricas e orientadas para o caráter compartilhado do delineamento das ações públicas.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar a inserção de cidades no movimento *slow* como diretriz de qualificação e inovação territorial. As cidades escolhidas são de pequeno porte e situadas na ibero-americana, respectivamente, Vizela (Portugal) e Rio Doce (Minas Gerais, Brasil). Essas cidades possuem evidências de ações públicas de inserção no movimento *Slow City*, mesmo tendo tido temporalidades diferentes, elas se relacionaram formalmente entre governos locais, enquanto cooperação técnica, para compartilhar conhecimentos sobre este tipo de qualificação para os seus respectivos territórios. Isto posto, o trabalho contribui para a compreensão dos efeitos práticos da adesão de municípios a grupos de cidades com afinidades de porte e de escopo.

Ademais, a proposta inovadora de qualificar o território, isto é, adquirir um conjunto de atributos para determinada localidade de modo a torna-la distintiva e que permitam a atração de investimentos, a ampliação do potencial turístico ou ainda a melhora na percepção da população sobre a qualidade de vida de uma determinada cidade, os governos buscam alternativas para ampliar as possibilidades de seus municípios. Por um conjunto de características e práticas presentes em um território, o mesmo pode buscar se consolidar com títulos específicos (distinções identitárias) a partir de parâmetros determinados. Neste sentido, a inserção ao movimento *Slow City*, sobretudo em nível internacional, é concebida como uma possibilidade de inovação e ampliação das oportunidades de determinado território bem como de criação de ações e compromissos públicos dotados de maior legitimidade e que tragam novas práticas e perspectivas para a gestão pública em nível local (AVRAHAM, 2014; RADSTROM, 2014).

Argumenta-se que a qualificação territorial, principal construto deste trabalho, pode ser interpretada como uma perspectiva de especialização e desenvolvimento de territórios, sobretudo em nível local, que favorece a criação de políticas, ações e compromissos governamentais com maior efetividade e adequação às necessidades dos que habitam um território. Isto porque, ao se atribuir a um território, determinada marca ou denominação, sobretudo quando de maneira participativa, os esforços das lideranças comunitárias se concentram no alcance dos elementos componentes do caráter distintivo do lugar, isto é, se uma cidade deseja ser conhecida como ‘digital’, espera-se que acessibilidade às Tecnologias da

Informação e Comunicação (TICs), democratização do acesso à internet, bem como políticas voltadas para a inovação e para o âmbito digital sejam elementos marcantes desta localidade (DALLABRIDA; BECKER, 2003; ILDIKO, 2013; RADSTROM; 2014; MATTIA; ZAPPELINI, 2014).

Este artigo foi estruturado em mais quatro seções após esta introdução. A primeira seção apresenta uma revisão de literatura sobre o movimento *Slow City* enquanto uma possível diretriz de qualificação e inovação territorial. Na sequência são detalhados os procedimentos metodológicos empregados para operacionalizar a pesquisa em voga. Na terceira seção, é descrito e debatido, a partir do esquema conceitual proposto na seção metodológica, a inserção de duas cidades ibero-americanas no movimento *Slow City*. Por fim, na última seção são apresentadas as conclusões e considerações finais do artigo.

2 EVIDÊNCIAS NA LITERATURA SOBRE O MOVIMENTO *SLOW CITY*

A rede *Slow City* faz parte de um movimento internacional mais abrangente, denominado *Slow Movement* (SM), que emerge como um movimento ideológico contestatório surgido no final do século XX que a partir de diversas vertentes emerge como uma alternativa ao ritmo da sociedade contemporânea e utiliza o tempo como principal vetor de reflexões e de protesto. Daí o nome movimento *Slow*, ao propor a redução do ritmo em uma sociedade cuja regra é a racionalização da vida e do tempo (HONORÉ, 2006).

Dessa forma, uma vez que os defensores e autores do chamado movimento *Slow* perceberam que a alimentação e suas práticas sociais inerentes eram uma das causas do ritmo de vida que trazia prejuízos à qualidade de vida, a dimensão gastronômica do SM se manifestou com o movimento *Slow Food*. Deste vieram as derivações mais contundentes deste movimento, o *Slow City* e o *Slow Tourism*.

Ao propor o modelo *Slow* como uma alternativa para o desenvolvimento local, Carvalho (2015) faz uma reflexão sobre a vida rápida dos grandes centros, apontando-a como resultado de uma cultura ocidental que privilegia valores econômicos, ocasionando uma forma de vida individualista, em grandes cidades cujo crescimento se deu de maneira irrefletida.

Assim, o Movimento *Slow City* (MSC), consiste em um movimento internacional cujo principal escopo consiste no desenvolvimento de uma profunda mudança de mentalidade na condução das cidades de pequenos porte, caracterizada pela abertura da comunicação governamental e da gestão pública municipal para maior participação dos cidadãos na construção de ações e compromissos que permitam preservar a qualidade de vida da população local, valorizar e fomentar a produção local e o consumo da mesma, bem como orientar a gestão pública à sustentabilidade (MAYER; KNOX, 2006; MIELE, 2008; EKINCI, 2014; BAUER, 2016).

Atualmente, os pesquisadores que se debruçam sobre a temática do MSC têm abordado o mesmo como uma nova filosofia para sociedade contemporânea (HONORÉ, 2006; MIELE, 2008; BAUER, 2016); sob a perspectiva do planejamento urbano orientado para a sustentabilidade (CARVALHO, 2015; RADSTROM, 2014); no contexto do desenvolvimento

endógeno sustentável e da construção de perspectivas para o desenvolvimento local (ILDIKO, 2013), bem como sob o aspecto do marketing social e do marketing de cidades, envolvendo uma mudança de comportamento dos cidadãos a respeito da atuação dos mesmos nas questões comunitárias e políticas (BEKAR; YOZUKMAZ; SÜRÜCÜ; GÖVCE, 2015).

Ademais, observa-se na literatura existente uma forte perspectiva teórica a respeito do *Slow City* enquanto uma tendência para o turismo, baseado na identidade local, e viabilizado por meio de atividades “lentas”, ocasionado o chamado *Slow Tourism* que pode consistir em um atributo para o desenvolvimento de Cidades *Slow* por meio de atrativos turísticos ecológicos, sustentáveis e orientados para o respeito à cultura da cidade e às tradições da mesma, que valorizem a culinária local e a atividade dos pequenos produtores. Assim, constata-se que como escopo principal, o movimento possui a promoção de uma forma diferenciada de desenvolvimento nas cidades, por meio da melhoria da qualidade de vida da comunidade, tomando as tradições culturais, a ecologia e a sustentabilidade como elementos basilares (ILDIKO, 2013; BAUER, 2016).

Diversos autores que analisam o movimento *Slow* no contexto dos territórios, apontam a proximidade deste movimento com a dimensão turística (DI CLEMENTE; SALVO; MOGOLLÓN; 2011; KARABAG; YÜCEL; INAL, 2012; FERREIRA, 2015). Isto pode ser verificado principalmente pelo fato de que as dimensões gastronômica e publicitária das ações oriundas de tal iniciativa acabam por trazer um diferencial à localidade em que se inserem. E como aponta Barreto (2005) a atividade turística planejada e orientada para resultados, se vale do potencial endógeno do território no intuito de prospectar oportunidades e ampliar as possibilidades do município.

Nos casos em que o movimento *Slow* foi analisado empiricamente, uma característica comum, consistiu na falta de conhecimento amplo da iniciativa e dos fundamentos da mesma, por parte da população e dos próprios profissionais de áreas relacionadas ao turismo como o comércio e os serviços (KARABAG; YUCCEL; INAL, 2012; TRUE; KILIÇASLAN, 2015). Isto traz implicações para a difusão da proposta, uma vez que conforme apontou-se anteriormente, o movimento *Slow* tende a se relacionar ao setor turístico nas localidades em que se estabelece. Neste sentido, propõe-se uma reflexão sobre este fenômeno, se não seria o movimento *Slow* uma evidência da própria fragilidade institucional do setor turístico em receber inovações e novas práticas, sobretudo devido à falta de articulação entre os atores (BARRETO, 2005).

Um forte argumento em defesa do Movimento *Slow* no contexto das cidades de pequeno porte, consiste no uso dos próprios potenciais endógenos para o desenvolvimento e assim transferir os valores econômicos, sociais e ambientais para as gerações futuras e, conseqüentemente, criar cidades sustentáveis e habitáveis (DOGRUSOY; DALGAKIRAN; 2011). Além disso, tanto o *Slow Food*, quanto o *Slow Tourism* e o *Slow City*, resgatam uma dimensão muito apregoada pelos teóricos do desenvolvimento territorial, que consiste no sentimento de pertencimento e de identificação com o local.

Cabe ressaltar, que conforme Kwiatek-Sołtys e Mainet (2015) as razões que levam uma cidade a aderir ao MSC diferem em termos de tempo e de localização geográfica. Estes autores constataram que as cidades que aderiram à rede nos anos iniciais, buscavam por uma forma de promover o turismo e por questões políticas de seus dirigentes. A iniciativa tem ocorrido de maneira top-down, de forma centralizadora, em que apesar de o protagonismo comunitário ser uma constante no discurso do movimento, ainda tem se manifestado pouco consultiva. Nas

cidades metropolitanas o escopo principal de adesão ao MSC, tem consistido na possibilidade de uma política temática para ampliação da qualidade de vida da população, bem como apoiar a introdução de novas formas de regulamentação que geram "urbanismo lento", propiciando mais tempo para acompanhamento técnico e democrático adequado dos processos de desenvolvimento (RACO; DURRANT; LIVINGSTONE, 2018, p. 1194).

Uma dimensão de complexa análise consiste na mensuração dos efeitos da inserção de uma cidade ao MSC. Por se tratar de uma iniciativa de desenvolvimento multidimensional. Torna-se complexo mensurar se determinados efeitos foram resultantes da adesão da cidade ao movimento ou se isso advém de outros fatores. A distinção de Slow City, traz uma diretriz de desenvolvimento e ajuda a identificar, certificar e promover comportamentos, objetivos e ações ecológicas e sustentáveis. Além disso, a Slow City enquanto diretriz de qualificação territorial se apresenta como uma alternativa de inovação territorial, menos centrada na política rápida (fast policy) de marketing de cidades (Cf. EMMENDOERFER, 2019c), mais endógena e colaborativa, envolvendo diferentes agentes públicos e privados, priorizando recursos autóctones da localidade. Emmendoerfer (2019c, p. 41) destaca que “[...] quanto mais envolver a sociedade na cocriação e coprodução de bens e serviços públicos, maior será a legitimidade das instituições envolvidas”. Assim, ações de inovação territorial, segundo Fraga (2018) não são descoladas de práticas de marketing, a priori de natureza simbólica, como a discussão da criação e uso de logotipos para as cidades se distinguirem, reforçarão a legitimidade pública das instituições e dos envolvidos, na medida que se materializarem nos espaços públicos para a qualificação ou distinção de um território – cidade.

Isto posto, ressalta-se que o conceito de marketing de cidades, entendido no presente trabalho como o processo de produção, comunicação e troca de valor entre diversos agentes, em atividades relacionadas às cidades ou aos bens e serviços que nela se situam, mantendo relacionamentos lucrativos e sustentáveis com a cidade (BAUTZER, 2010; SAKR; DALLABRIDA, 2016), muito se aproxima da ideia de qualificação territorial, ainda que a mesma seja mais abrangente, por definir um aspecto multidimensional da gestão de um território, envolvendo esforços coletivos para a construção e manutenção de um estado futuro direcionado para um eixo temático, delineando políticas integradas e o posicionamento da gestão pública em áreas focais de atuação (GAIO; GOUVEIA, 2007; AVRAHAM, 2004).

A partir de uma análise profunda e transdisciplinar, envolvendo a proposição de Castells (2009) de que os movimento de base modela a ação das cidades, Pink (2009) propõe que as cidades pequenas precisam de um modelo próprio de movimento social urbano, e neste sentido considera o Slow City como uma forma de conectar o ativismo local e fortalecer vozes que anteriormente estariam omissas ou abafadas. Contudo, aponta-se que estas são apenas potencialidades do MSC e não o que de fato se verifica nas práticas em que o movimento se estabeleceu, principalmente, no continente europeu de onde é originário.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

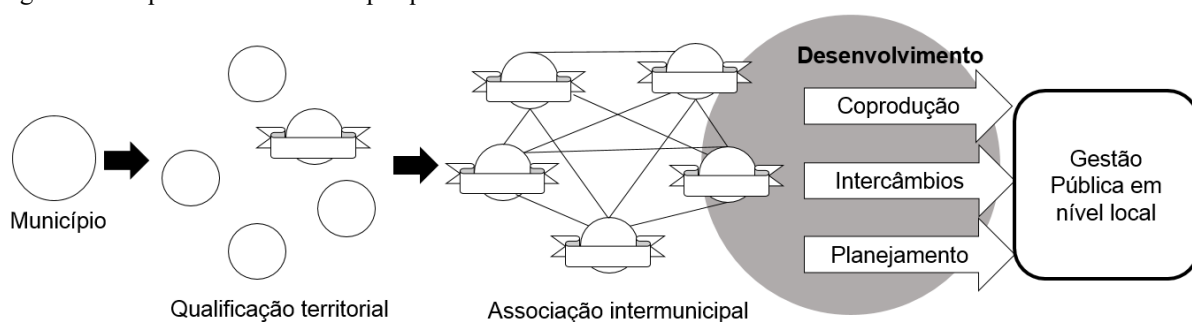
Considerando-se que os aspectos tratados na seção anterior sobre o MSC têm correlação direta com a coprodução de bens e serviços públicos, bem como com o planejamento público

municipal, foram elaboradas as seguintes premissas as quais serão verificadas por meio da presente pesquisa:

A revisão da literatura apresentada na seção anterior possibilitou a formulação de Premissas (Pn) e de um esquema conceitual para operacionalização da pesquisa que serão observadas empiricamente. As três premissas formuladas para fins desta pesquisa foram:

- P1: Os princípios da Rede Slow City enquanto diretrizes para o desenvolvimento local, favorecem a coprodução de bens e serviços públicos;
- P2: A adesão de uma cidade à Rede Slow City possibilita intercâmbios culturais e compartilhamento de informações entre os municípios;
- P3: A participação de uma cidade em associações ou grupos de municípios, estimula a criação de um modelo próprio de planejamento público.

Figura 1 – Esquema conceitual da pesquisa



Fonte: Elaboração nossa

Assim, a tese central que se procura endossar no presente artigo, consiste no fato de que a qualificação territorial por meio da adesão de um município a uma rede de cidades com interesses afins, pode permitir a esta localidade inserir inovação em sua gestão, novos elementos como a coprodução de bens e serviços públicos, uma vez que o envolvimento ativo dos que habitam o território, pode tornar-se intrínseco para a consecução de resultados.

Ressalta-se que este artigo, resultante de uma pesquisa mais ampla, sofreu recortes para o atendimento do seu objetivo, cujo detalhamento pode ser acessado em sua totalidade em Fraga (2018).

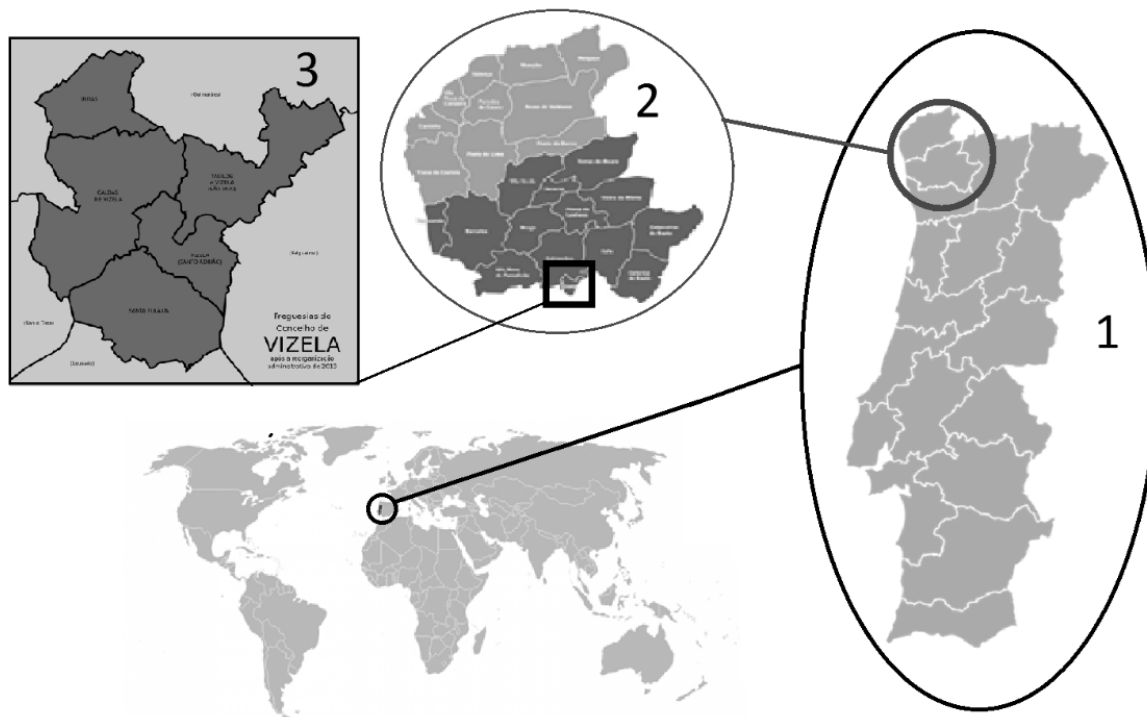
3.1 CONTEXTO DA PESQUISA

A fim de se compreender a manifestação do Movimento Slow City, sob orientação das premissas formuladas e esquema conceitual ilustrado na Figura 1, foram estudadas duas cidades

ibero-americanas de língua portuguesa: Vizela, Portugal, e Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. Essas cidades foram escolhidas como unidade de análise devido: i) serem cidades de pequeno porte; ii) possuem evidências de ações públicas de inserção no movimento Slow City; iii) possuíram um protocolo de cooperação técnica no período de 2015-2017 para compartilhar conhecimentos sobre este tipo de qualificação territorial para os seus respectivos territórios.

Vizela é um dos 308 concelhos da República Portuguesa, criado em 19 de março de 1998. Este concelho possui 23.646 habitantes conforme Instituto Nacional de Estatística (INE, 2018) distribuídos em uma área territorial de 24,7 km², administrada pelo seu município, autarquia local com mesmo nome, reconhecida desde o dia 1º de setembro de 1998 pela Lei 63 da Assembléia da República (PORTUGAL, 1998). Nesta mesma lei, a Vila de Vizela, sede do município foi elevada ao estatuto de cidade. A cidade de Vizela, conforme a Figura 2, está situada na região Norte de Portugal (1), na antiga província regional do Minho (2) no distrito de Braga, possuindo cinco freguesias desde 2013, conforme item 3 da Figura 2.

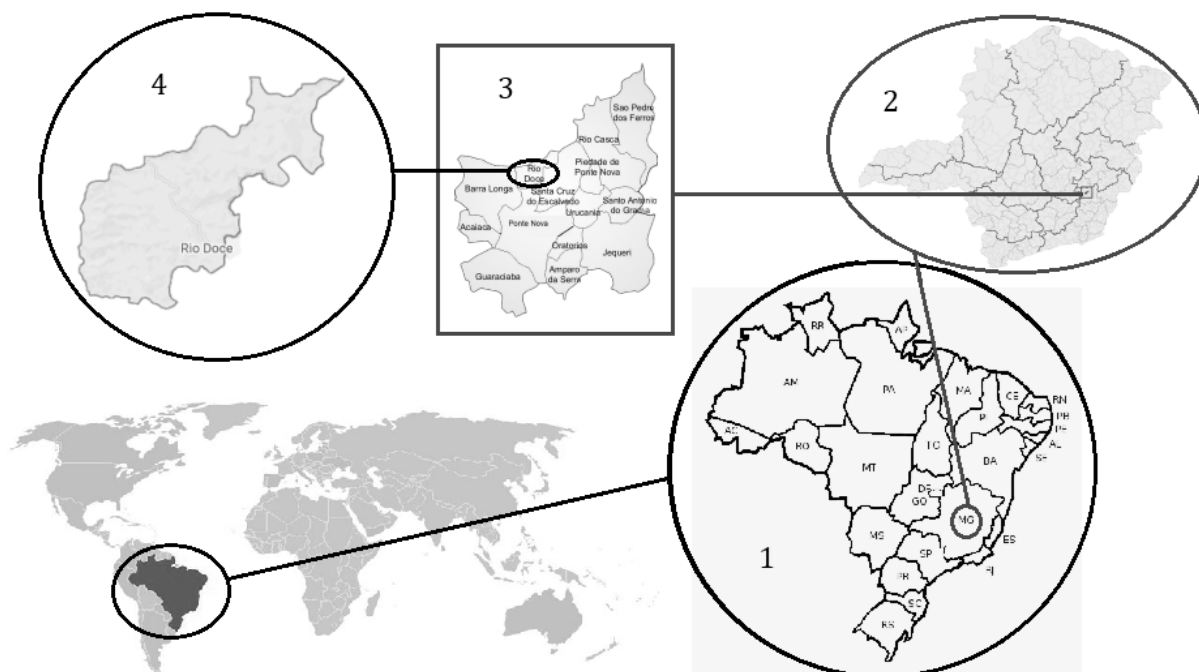
Figura 2 – Localização do município de Vizela na região do Minho em Portugal.



Fonte: Emmendoerfer *et al.* (2017, p. 102)

Rio Doce é um dos 5570 municípios da República Federativa do Brasil, composta por 27 estados mais o distrito federal, onde se encontra a capital do país, Brasília. O município de Rio Doce, conforme os itens 1 e 2 da Figura 3, encontra-se situada na região leste de Minas Gerais, estado com governo subnacional que congrega 870 municípios, o maior neste quesito dentre os demais estados brasileiros. Este município, segundo os itens 3 e 4 da Figura 3, está localizado na microrregião de Ponte Nova e possui 2.468 habitantes distribuídos em uma área territorial de 112.305 km², administrada pelo seu município, autarquia local reconhecida desde o dia 3 de março de 1963 (RIO DOCE, 2020).

Figura 3 – Localização do município de Rio Doce, Minas Gerais, Brasil.



Fonte: Elaboração nossa

Mesmo em localidades distintas, escolheram-se esses dois municípios que tiveram envolvimento com o Movimento *Slow City* em diferentes estágios de desenvolvimento da qualificação territorial: a) Vizela no Distrito de Braga em Portugal – Primeira cidade do norte de Portugal a obter o selo de *Slow City*, por uma associação de cidades inserida neste movimento, chamada *CittaSlow* (EMMENDOERFER et al., 2017). Destaca-se que Vizela passou por todos os ciclos de envolvimento com essa associação, desde a candidatura até a sua desvinculação institucional, porém ainda praticante de ações relacionadas ao Movimento *Slow* (FRAGA, 2018) por meio da gastronomia (*Slow Food*) e da educação (*Slow Education*), sendo, portanto, um lócus de interesse para compreensão do processo de inserção em prol dessa qualificação territorial na cidade; b) Rio Doce, em Minas Gerais no Brasil – Cidade que planejou o ordenamento do seu território para se legitimar como a primeira *Slow City* brasileira, com apoio da cidade de Vizela (FRAGA, 2018).

Ademais, ressalta-se que a escolha de ambas as cidades tenha se dado em função, além da adequabilidade com a proposta do trabalho, da conveniência de acesso às informações e aos dados pelo autor do presente trabalho.

3.2 MÉTODO E TÉCNICAS DE COLETA E DE ANÁLISE DE DADOS

Como principal método do presente trabalho, utilizou-se o estudo multicaso, que de acordo com Yin (2018, p. 20) é aplicável dentre outros contextos, em situações de pesquisa de "planejamento regional e municipal, como estudos de plantas, bairros ou instituições públicas".

Neste sentido, nas cidades de Vizela e de Rio Doce, casos deste estudo, foram realizadas visitas de campo periódicas, com duração de uma semana, no período de 2015 a 2018. Foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado via *web* e presencialmente junto a atores técnico-políticos de ambas as cidades, incluindo análises documentais e bibliográficas, de modo a identificar elementos empíricos, a partir da inserção dessas cidades no MSC, que evidenciassem o processo de qualificação territorial sobre a gestão e o desenvolvimento da localidade.

A partir das premissas, conforme descrito no Quadro 1, foram elaborados três construtos como principais categorias de análise do movimento *Slow City* no contexto das cidades em estudo, como potenciais elementos norteadores ou indicadores desta diretriz para inovação territorial. Tais construtos foram endossados por subcategorias, que procuram descrever e possibilitar o alcance do objetivo desta pesquisa.

Quadro 1 – Descrição de construtos: categorias e subcategorias de coleta e de análise do estudo

Categorias	Subcategorias de análise	Descrição e referência
Coprodução	Esforços voluntários	A incidência de cidadãos que se disponibilizaram voluntariamente a contribuir com o movimento, por meio da assunção de ações e compromissos objetivos, com atividades a serem realizadas de maneira voluntária em prol do movimento (BRANDSEN; HONINGH, 2016; MATTIA; ZAPPELLIN, 2014)
	Compartilhamento de poder e de responsabilidade	A quantidade de novas funções assumidas pelos cidadãos, bem como a criação de grupos de trabalho, força-tarefa, mutirões e associações (OSTRÖM, 1996; SALM, 2014)
	Institucionalização	Quantidade de iniciativas oriundas do movimento que foram reconhecidas formalmente, de modo a terem perspectiva temporal de existência (BRUDNEY; ENGLAND, 1983; BOVAIRD; LOFFLER, 2013)
Intercâmbios culturais	Aumento de eventos em parceria	Quantidade de assembleias, eventos, simpósios e afins realizados entre cidades integrantes do MSC (HONORÉ, 2006; KWIASTEK-SOLTYS; MAINET, 2015; ILDIKO, 2013; RADSTROM, 2014)
	Aumento de parcerias formais	Acordos interinstitucionais firmados entre as cidades-membro do movimento <i>Slow City</i> (HONORÉ, 2006; ILDIKO, 2013; RADSTROM, 2014)
Planejamento urbano	Novos espaços deliberativos	Com a adoção de uma nova perspectiva de desenvolvimento, espera-se que novos espaços para a deliberação, mais dialógicos e interativos emerjam, propiciando, discussões mais multicêntricas (RATNER, 1977; HONORÉ, 2006; ILDIKO, 2013; RADSTROM, 2014)
	Definição de objetivos temáticos	Considerando-se a lógica da qualificação territorial, acredita-se que a definição de objetivos temáticos seja uma condição essencial para o planejamento, uma vez que auxiliará na concentração dos esforços para o desenvolvimento (OLIVEIRA, 2006; PALUDO; PROCOPIUCK, 2011; RATNER, 1977; BERGUE, 2011.)
	Dimensão interterritorial	A abrangência do planejamento. Se envolve municípios vizinhos e demais localidades, ou se conta com parceiros estratégicos (PALUDO; PROCOPIUCK, 2011)

Fonte: Elaboração própria com base nos autores citados

Assim, as técnicas de coleta e análise de dados foram organizadas a partir do Quadro 1. Primeiramente, o roteiro das entrevistas contemplou as subcategorias indicadas no Quadro 1 e foi aplicado aos participantes que possuíam alguma responsabilidade técnica-administrativa em relação às práticas relacionadas ao Movimento *Slow City* nas cidades estudadas. Respectivamente foram entrevistadas seis pessoas que atuavam na gestão pública municipal em cada cidade, responsáveis pelos setores de meio ambiente, turismo, cultura, urbanismo e educação. Os entrevistados em Vizela foram numerados pelos códigos de E1 a E6, e o de Rio Doce, de E7 a E12. De forma complementar, a análise documental considerou arquivos eletrônicos e dados secundários digitais sobre as administrações municipais das cidades em análise. Por sua vez, a análise bibliográfica considerou artigos que analisem as potencialidades e o alcance do MSC e suas derivações. Tanto os documentos quanto as bibliografias analisadas estão indicadas nas referências ao final deste artigo.

Após a coleta de dados, procedeu-se com a organização e análise dos dados. Para tanto, utilizou-se essencialmente a Análise de Conteúdo (AC), que de acordo com Bardin (2015, p. 44) corresponde a um conjunto de atividades e técnicas cujo escopo é “obter por procedimentos sistêmicos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Depreende-se da definição da autora que consista em uma técnica que permite ao pesquisador compreender a comunicação verbal e não-verbal envolvidas em um fenômeno social na perspectiva das condições de construção das mensagens analisadas.

Com base em Laville e Dionne (1999) a análise de conteúdo foi instrumentalizada definindo-se inicialmente um recorte dos conteúdos acessados em elementos ordenados como categorias analíticas, considerando um modelo fechado, em que são definidas as categorias a partir das bases teóricas e por meio delas se analisa a realidade. Dessa forma, considerou-se a técnica categorial ou de categorização proposta por Bardin (2015) em que se classificam por diferenciação, os elementos que compõem o quadro de análise pré-determinado a partir da literatura especializada, conforme o Quadro 1 apresentado. Em seguida, reagrupam-se estes elementos por critérios previamente definidos. Neste aspecto, a autora propõe que as categorias são classes comuns de elementos definidos por critérios semânticos, sintáticos, léxicos ou expressivos.

A partir dos dados coletados, foi realizado o recorte dos conteúdos em função da significação dos mesmos, definidas a partir das categorias analíticas apresentadas, que consistem em classificações cujos elementos foram agrupados por parentesco do sentido. Após a descrição dos dados, para fins de confiabilidade da interpretação realizada com base nas categorias de análise utilizadas, os dados organizados foram retornados aos participantes para validação interna a fim de minimizar ambiguidades e vieses por parte dos pesquisadores. Assim, os conteúdos auferidos foram descritos e analisados a luz dos procedimentos metodológicos descritos nesta seção, que orientou a apresentação dos resultados a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ANÁLISE EM PERSPECTIVA COMPARADA DOS CASOS DE VIZELA (PORTUGAL) E RIO DOCE (BRASIL)

É possível verificar que as diretrizes que constituem o movimento Slow City podem configurar um modelo norteador, ou ainda uma diretriz de inovação e desenvolvimento territorial, em nível local para a gestão pública, cujo resultado pode ser um plano coproduzido de ações. Isso requer que o governo se comprometa a executar tal plano de forma cooperativa em um espaço temporal determinado, e por meio de diálogos entre os atores sociais envolvidos (PINK, 2009; FRAGA, 2018).

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO CASO DE VIZELA

No caso de Vizela, o movimento iniciou-se quando o arquiteto municipal assumiu cargo na gestão pública da cidade, buscando como princípio norteador de sua gestão, o ordenamento e a qualificação do território. Neste sentido, a vinda do movimento Slow City consistiu em uma filosofia norteadora para a gestão pública. A ideia foi que a partir dos princípios multidimensionais do movimento, a cidade pudesse se consolidar como uma referência no campo da sustentabilidade e ecologia, bem como na valorização da produção e do consumo em nível local e na produção da identidade e da cultura do local.

Conforme prescreve Yin (2018), para ser caracterizado como caso, é preciso haver uma peculiaridade, ou especificidade no objeto em análise. Neste sentido, aponta-se que como aspectos constitutivos o fato de que Vizela era uma cidade que possuía atributos naturais que lhe conferia potencial turístico, o qual era explorado por meio de tal atividade, contudo, a atividade das pequenas indústrias, bem como fatores exógenos, acabaram por refrear o potencial turístico da região. Isto posto, com a chegada do atual gestor público, buscou-se o planejamento de uma política de requalificação do território e construção de uma identidade para o município. Nesta perspectiva, como a regionalização é um aspecto forte na atividade política portuguesa, destaca-se que a cidade de Vizela foi a primeira cidade do norte de Portugal a obter o selo de Slow City.

Assim, as principais manifestações deste movimento no âmbito da gestão pública foram por meio de um programa denominado Slow Education, que apregoa os valores da sustentabilidade e valorização dos valores locais na educação infantil (Cf. FRAGA, 2018) e da elaboração do projeto comercial do prato típico da cidade (Cf. EMMENDOERFER *et al.*, 2017). O movimento foi empregado como uma política educacional de modo a envolver a comunidade escolar em ações integradas para o desenvolvimento. Prova disso, foi a elaboração coletiva mobilizada pelos estudantes da rede municipal, chancelados por seus pais e mestres, para que as autoridades locais e empresas ambientais atuantes providenciassem uma política

para contenção e mitigação da poluição do rio que banha a cidade, ocasionada pela atividade industrial das fábricas locais.

Contudo, observou-se que o projeto tinha maior magnitude do que sua execução expressa. Centralização das atividades, a atividade de uma atividade coletiva organizada e institucionalizada, bem como a ausência de controles e mecanismos de avaliação caracterizam a manifestação do movimento *Slow* nessa localidade. Desse modo, com o término do mandato do agente político responsável pelo poder executivo em exercício, a iniciativa perdeu espaço, visto que fora concebida como uma política interna do departamento de arquitetura, e não como uma proposta intersetorial.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DO CASO DE RIO DOCE

Já em Rio Doce, a ideia de fazer parte deste movimento surge a partir da necessidade de um eixo temático para o desenvolvimento local. Uma vez que a cidade tenha indicadores que evidenciam seu destaque no cenário nacional, como o baixo índice de criminalidade; à ausência de favelas; a cobertura de água tratada em todos os domicílios, o fomento a ações de cunho cultural e a integração da comunidade com arte e cultura locais.

Caracteriza o caso de Rio Doce, conforme recomendações de Yin (2018) fato de o município com 2620 habitantes e 54 anos de emancipação política, possuir práticas de *accountability* inovadoras como, por exemplo, aplicativos de smartphones que permitem aos cidadãos terem acesso às informações da gestão pública municipal de modo que a cidade foi classificada como 1º lugar em Minas Gerais pelo Ministério Público Federal no Ranking de Transparência 2016 (BRASIL, 2016), indicadores de destaque em saúde e desenvolvimento, bem como a atividade intensa de participação e controle social, evidenciados em 14 conselhos municipais ativos e atuantes. Este breve panorama de alguns elementos que configuram a realidade de Rio Doce, mostram similaridades com os princípios do movimento *Slow City* (EMMENDOERFER *et al.*, 2017; FRAGA, 2018).

A escolha da análise em perspectiva comparada entre Vizela e Rio Doce, é endossada ainda pelo fato de haver conexões entre profissionais do serviço público de ambas as cidades, de modo que, inclusive, Rio Doce ingressou no movimento *Slow City*, tendo inclusive, adaptado seus planos setoriais e suas políticas para tal. Neste processo, a cidade de Vizela foi considerada uma ‘cidade-amiga’ para compartilhamento de experiências e técnicas. Contudo, de acordo com depoimento do Entrevistado (E4), o representante de Vizela não apresentou as entregas e contribuições planejadas, o que, adicionado à ausência de respostas da coordenação da Associação *CittaSlow*, distanciou Rio Doce do movimento. Segundo E4, a documentação não foi aceita pela Associação *CittaSlow* porque deveria vir acompanhada do pagamento de uma taxa de associação paga anualmente à sede na Itália.

Dessa forma, a cidade de Rio Doce, apesar de ter realizado planejamento e práticas sob a diretriz *Slow* inspiradas na experiência de Vizela, não ingressou no movimento por meio da associação *CittaSlow*, tendo sido apenas candidata. Ademais, ressalta-se que como as cidades que se interessam em ingressar no movimento devem atender a requisitos específicos e elaborar

um plano temático de ação previamente, o caso de Rio Doce consistiu em organizar-se para se inserir no MSC e tentar a obtenção do selo *Slow City* pela Associação *Citta Slow*.

Assim, caracterizam-se a seguir aspectos relacionados à experiência de cada uma das cidades estudadas em relação ao movimento *slow* enquanto proposta de inovação territorial, conforme Quadro 2. Tal análise dos resultados foi elaborada a partir de sínteses apuradas pelos pesquisadores com base nos dados coletados com os entrevistados e materiais documentais/bibliográficos, os quais foram cotejados a luz das categorias/subcategorias previamente definidas a partir da literatura especializada.

Quadro 2 – Análise dos resultados

Categorias	Subcategorias	Rio Doce	Vizela
Coprodução	Esforços voluntários	Fora criado um comitê, isto é um grupo organizado por voluntários com o objetivo de tornar o município “pronto” para participar do movimento. Este comitê foi constituído por pessoas de diferentes segmentos da sociedade, convidados por meio de assembleias públicas a se envolverem com a iniciativa e que se candidataram voluntariamente.	As iniciativas foram pontuais e isoladas. A iniciativa de ser <i>slow</i> , bem como a apresentação da cidade a gestão do MSC ocorreu por esforços do arquiteto responsável pela coordenação local do movimento. Na manifestação da política educacional, os esforços voluntários, se deram por parte das gestoras da rede municipal de ensino, contudo, sem um processo de sistematização com as diretrizes do movimento <i>Slow</i>
	Compartilhamento de poder e de responsabilidade	Todo o projeto foi desenhado como uma iniciativa coletiva e propositalmente articulada pela liderança do poder executivo em nível local, de modo que os cidadãos que se comprometeram como a iniciativa não pudessem se esquivar. Prova disso, é que o processo de diagnóstico e levantamento de informações do plano público foi elaborado por atores sociais componentes do comitê.	Não houve uma assunção popular significativa do poder, nem tampouco foram desenhadas estruturas para a participação, diretamente motivadas pelo <i>Slow City</i> . Contudo, duas vertentes foram ativadas no sentido dessa iniciativa: Um movimento na educação, de modo a estimular o civismo nas crianças. Além disso, houve o projeto comercial do prato típico da cidade, de modo a fortalecer a identidade local e gerar vendas
	Institucionalização	De modo que os esforços coletivos dos cidadãos voluntários e dos burocratas envolvidos com a iniciativa não se perdessem., o governo local institucionalizou o comitê Rio Doce <i>Slow City</i> , transformando-o em uma organização diretamente a uma associação municipal;	Não houve demarcações institucionais de grupos de trabalho no município estudado. Não houve a mobilização dos cidadãos para manutenção da iniciativa ou a demarcação de marcos legais que permitissem que a iniciativa se institucionalizassem após o término do mandato político.

Intercâmbios culturais	Aumento de eventos em parceria	De modo a chamar a atenção da organização geral do MSC, Rio Doce realizou o I Encontro <i>Slow City</i> , onde o plano municipal de desenvolvimento foi entregue ao prefeito e comitê mobilizou a população em um evento público.	Existem no território português, duas outras cidades com a mesma titulação de <i>Slow City</i> . Contudo, verificou-se que não existem trocas de informações ou iniciativas integradoras para fortalecimento da iniciativa, ou ainda sinergias e trabalhos comuns.
	Aumento de parcerias formais	Além disso, uma das primeiras ações implementadas no sentido do título <i>Slow</i> foi construir relações sólidas com outras cidades <i>Slow</i> como Vizela e <i>Pijao</i> na Colômbia de modo a obter referências.	As únicas tarefas multiterritoriais ocorridas no âmbito do movimento <i>Slow City</i> são aquelas instituídas pelo movimento, como feiras temáticas, que ocorrem nos respectivos territórios das cidades componentes da rede.
Planejamento urbano	Novos espaços deliberativos	A iniciativa instaurou no município novos espaços deliberativos. O comitê obteve um grau de adesão e de participação direta significativamente mais ativa que os conselhos municipais, uma vez que os cidadãos estavam envolvidos por tarefas.	O plano de governo local contemplou suas metas de maneira desvinculada do movimento. O coordenador do <i>Slow City</i> Vizela detém todas as informações e verificou-se problemas de centralização da informação.
	Definição de objetivos temáticos	O movimento proporciona 5 eixos temáticos para a elaboração de políticas e ações governamentais. Neste sentido, no plano proposto pelo comitê, todas as áreas <i>slow</i> foram contempladas e convertidas em ações a serem cumpridas pelas secretarias municipais e pelos cidadãos voluntários.	Percebeu-se que o projeto foi implementado como um fim em si mesmo, sem levar em consideração o aspecto sistêmico da processo de gestão pública. Não houve integração com as secretarias de governo, de modo que verificou-se ação centralizada da iniciativa no município analisado.
	Dimensão interterritorial	Para além do envolvimento das <i>Slow Cities Amigas</i> , não houve conexões interterritoriais vinculadas ao caso.	A iniciativa concentrou-se exclusivamente ao contexto do município de Vizela, não tendo sido verificadas parcerias ou redes, para além do termo de cooperação intermunicipal com Rio Doce.

Fonte: Elaboração nossa a partir de dados primários e secundários obtidos na pesquisa de campo.

A partir do Quadro 2, foi possível constatar que a qualificação de um território, por meio da participação de uma cidade em uma associação de municípios com interesses afins, não constitui um elemento exclusivo e diretamente ligado ao desenvolvimento em nível local, isto é, os casos analisados, evidenciam a possibilidade de incidências em que municípios vinculados ao Movimento *Slow City*, especificamente a Associação *CittaSlow*, não desenvolvem práticas que chancelem sua classificação territorial e que não o distinguem por seu aspecto identitário e ainda, casos em que municípios que não possuem uma qualificação territorial, propuseram o desenvolvimento temático de seu território, por meio do compartilhamento real de poder e

responsabilidades com seus integrantes, o que é entendido no trabalho como coprodução de bens e serviços público (SALM, 2014).

Ademais, comparando-se o aporte teórico do presente trabalho com as evidências empíricas encontradas, é possível verificar que, no que tange à qualificação territorial e mais especificamente ao marketing de cidades, conforme propõem Gaio e Gouveia (2007) bem como Sakr e Dallabrida (2016), o aspecto publicitário e até mesmo lúdico do discurso do movimento *Slow City*, pode ser utilizado como um vetor para o desenvolvimento turístico e para o aumento de divisas de uma localidade, por meio da elaboração de ofertas gastronômicas e turísticas temáticas, da construção de espaços recreativos ecológicos e culturais dentro das definições do movimento e por meio do oferecimento de festivais e eventos. Acredita-se que esta produção e consumo de bens e serviços simbólicos seja o maior output da adesão de uma localidade a este tipo de iniciativa.

Retomando à coprodução e suas manifestações nos casos analisados, a partir de Brandsen e Honingh (2015), verificou-se que no caso de Vizela, por meio da política educacional *Slow*, houve uma coprodução complementar na implementação do projeto, ao passo que em Rio Doce houve, sobretudo uma coprodução em *design* de serviços essenciais, visto que o modelo adotado coletivamente prevê a capilaridade das diretrizes *Slow* em todos os setores da administração pública local, em diferentes intensidades.

Quanto à dimensão planejamento, observou-se que o caso de Vizela não configurou um modelo próprio de planejamento, uma vez que nem mesmo o planejamento da implementação do movimento foi precedido por um processo sistemático de construção e diálogo. Este fato refuta a noção de que a participação de uma cidade em associações ou grupos de municípios, estimula a criação de um modelo próprio de planejamento público. Por outro lado, a experiência presente no caso de Rio Doce, endossou as proposições de Forester (1982) e Matus (1993) sobre a necessidade e a possibilidade de um novo modelo de planejamento, sobretudo em nível local, pautado na coparticipação e no processo deliberativo (FRAGA, 2018).

Portanto, apesar das limitações observadas na inserção e na experiências das cidades estudadas no âmbito do MSC, verifica-se que a cidade *slow* pode ser tratada como uma diretriz de desenvolvimento inovadora, que coadunando com Emmendoerfer (2019c) pode, além de fortalecer o marketing de lugares, estimular a cultura da inovação territorial de forma focalizada (pelo *slow*), porém não limitada ou restrita a esta diretriz. Assim, a inovação pode ser entendida como um processo que requer indivíduos e organizações com capacidades de “identificação e implementação de ideias, sistematizadas para o contexto de sua aplicação, servindo como soluções para problemas que implicam melhor desempenho em termos de eficiência, eficácia e valor dos resultados do setor público para a sociedade” (EMMENDOERFER, 2019b, p. 1) em um determinada território.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo discutir uma alternativa para o desenvolvimento local, sobretudo em territorialidades de menor dimensão, que consiste na qualificação territorial – a qual pode ser compreendida como a utilização da potencialidade de um lugar e das

capacitações e recursos presentes no mesmo para a criação de um eixo temático de desenvolvimento, em que concentram-se esforços políticos e comunitários para o fortalecimento da identidade e dos aspectos endógenos de um município, sob uma perspectiva gerencial sustentada e sustentável.

Neste sentido, por meio de uma análise de dois municípios que têm em comum o Movimento *Slow City* enquanto uma orientação para o desenvolvimento, foi possível observar que apesar de os valores existentes no próprio movimento consistirem em um direcionador útil para uma perspectiva de qualificação e ordenamento do território, a cultura local, por meio da coesão interna e da adaptação externa das políticas e da gestão comunitária, condicionam as possibilidades do município, de modo que, integrar a rede sem uma forte articulação endógena não sustenta uma orientação temática para o desenvolvimento.

Tanto na perspectiva de uma cidade que já compunha o MSC por meio da associação *CittaSlow*, quanto por meio de uma cidade que pleiteava legitimar institucionalmente a sua inserção no movimento, constatou-se que a relação entre os custos monetários e de transação para obtenção do selo, ou do título de *Slow City* eram baixos se comparados com os benefícios que a rede oferece aos seus membros, que consiste essencialmente no direito do uso da marca, bem como na notoriedade e visibilidade a ele advindas. Neste sentido, considerando-se o potencial que a qualificação territorial possui para a geração de divisas e para o fortalecimento da imagem de um município, em contraste com os custos inerentes à adesão de uma associação de cidades com interesses afins, recomenda-se que as localidades desenvolvam seus próprios símbolos e denominações como um eixo temático para o desenvolvimento. Porém, isso prescinde planejamento por parte dos municípios para atender às competências necessárias para a obtenção de determinada qualificação.

Isto porque, por meio do trabalho foi possível constatar ainda, que a qualificação de um território é uma proposta inovadora e, sobretudo, uma dimensão simbólica para uma localidade, a qual pode ser explorada como um vetor de difusão da inovação territorial para dinamização e o desenvolvimento do comércio, da atividade turística e cultural. Neste sentido, recomenda-se como sugestão de trabalhos futuros que a produção e consumo de bens e serviços simbólicos no âmbito público seja investigada, a partir da qualificação territorial como uma diretriz temática das políticas de um território. Isso provoca nossas questões e possíveis estudos sobre as interlocuções entre o movimento *slow* e a economia criativa, enquanto objetos de políticas públicas para o desenvolvimento territorial, especialmente, de cidades e regiões criativas (EMMENDOERFER, 2019a).

Sobre as premissas inicialmente definidas constata-se em ambos os casos analisados, apenas o fato de que os princípios da Rede *Slow City* enquanto diretrizes para o desenvolvimento local, favorecem a coprodução de bens e serviços públicos (P1).

Assim, conclui-se que as identidades determinadas por um movimento ou por uma articulação de territórios com interesses afins, fortalecem a gestão pública e contribuem para o desenvolvimento local no que tange à criação de vocações locais que consistem em um vetor de entrega de valor para a construção de um potencial turístico para uma região, bem como para a prospecção de investimentos e de possibilidades de negócios.

Além disso, esta pesquisa demonstrou que a aproximação de cidades ibero-americanas, cuja língua comum favoreceu diálogos e uma cooperação técnica para trocas de conhecimento,

bem como a coprodução de bens públicos sob a diretriz do Movimento *Slow City*, é um indicativo que se pode formar redes de cidades com vistas a uma determinada qualificação territorial comum e multinível, neste estudo, local e internacional. Tal indicativo observado neste estudo demonstra que não é necessário o pagamento para adesão a uma Associação de Cidades para se trabalhar em rede com a finalidade de qualificação e inovação territorial, mas que necessita de legitimação na esfera pública (SCHOMMER *et al.*, 2011).

Nesta perspectiva, uma das formas que alguns municípios encontram de fazer isto, consiste na formação de redes ou grupos de cidades com interesses afins, como o Movimento *Slow City* estudado. Com isso, tal qualificação pode permitir maior efetividade e incrementos qualitativos na oferta dos bens e serviços públicos para o cidadão, um planejamento sistemático das ações para o desenvolvimento local, bem como maior nível de interação do município com outras localidades (DALLABRIDA, 2007; 2011; HONORÉ, 2006; ILDIKO, 2013; RADSTROM, 2014).

Para futuros estudos, recomenda-se considerar a discussão de redes urbanas ou de cooperação entre cidades e determinados territórios como articulação para a qualificação e inovação territorial. Além disso, estudar o movimento Slow, inclusive os seus efeitos sobre o território, por meios de práticas comparáveis pode resultar novos *insights* frente a aceleração e as crises relacionadas aos excessos e aos efeitos colaterais da urbanidade no século XXI.

Contudo, acredita-se que o movimento das dinâmicas sociais inerentes a este processo precisa ocorrer de dentro para fora, isto é, é preciso que a potencialidade e a visão de futuro de um território, mesmo enquanto proposta inovadora, sejam analisadas como princípio para a posterior busca de uma qualificação territorial compatível, e não que a qualificação ‘escolhida’ seja uma condicionante para os caminhos a serem trilhados por uma localidade.

Por fim, praticar ações sob a diretriz do Movimento *Slow City*, buscando se inserir e conectar à fluxos extramunicipais para o desenvolvimento local pode contribuir com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa Agenda foi deliberada em 2015 na ONU em reunião com representantes de 193 países que definiram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 metas para serem atingidas até 2030. Essa nova Agenda busca melhorar a qualidade de vida das pessoas priorizando ações globais para resultados locais, apontando objetivos para o futuro sustentável dos países, das regiões e principalmente das comunidades mais vulneráveis em termos socioeconômicos (ONUBR, 2016; DGE, 2020). Desta forma, a ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis e Resilientes – seria contemplável por meio do MSC ao auxiliar o planejamento e monitoramento do desenvolvimento sustentável do território, que, em momentos de crise, pode ser uma condição para retomada do crescimento com sustentabilidade.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq - Processos 310574 / 2016-1; 309363 / 2019-5), à Fundação de Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG - Processos APQ-01870-15; PPM-00049-18) e à Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Ministério da Educação, Brasil, financiamento 001. Agradecimentos adicionais ao governo local dos municípios de Rio Doce (Minas Gerais, Brasil) e de Vizela (Distrito de Braga, Região do Minho, Portugal) por terem

propiciado as condições necessárias para a realização efetiva desta investigação aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa, via Plataforma Brasil, Número do Parecer: 1.865.100). Agradecimentos suplementares a equipe editorial e avaliadores anônimos pelas suas valiosas contribuições que repercutiram positivamente no presente artigo publicado.

REFERÊNCIAS

- ARINS, H. B. **Movimento *Slow***: uma análise sob a ótica dos enclaves do ecodesenvolvimento. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- AVRAHAM, E. Media strategies for improving an unfavorable *city* image. **Cities**, v. 6, n. 21, p. 471-479, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2004.08.005>
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 5.ed. Lisboa: Edições 70, 2015.
- BARRETO, M. **Planejamento responsável do turismo**. 2 ed. Campinas: Papirus, 2005.
- BAUER, R.C. **Movimento *Slow Travel* no contexto cultural do turismo no Brasil**: desafios e perspectivas. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- BAUTZER, D. **Marketing de cidades**: construção de identidade, imagem e futuro. São Paulo: Atlas, 2010.
- BEKAR, A. et al. The Concept of *Cittaslow* as a Marketing Tool for Destination Development: The Case of Mugla, Turkey. **American International Journal of Social Science**, v. 4, n. 3, 2015. p. 54-64.
- BERGUE, S. T. **Modelos de gestão em organizações públicas**. Caxias do Sul: EducS, 2011.
- BOVAIRD, T.; LÖFFLER, E. A co-produção de serviços públicos pelo utilizador e pela comunidade: trazendo de volta o público para o Estado. In SILVESTRE, H. M. C.; ARAÚJO, J. F. F. E. (Eds.). **Coletânea em Administração Pública**. Lisboa: Escolar Editora, 2013. p. 99-117.
- BRANDSEN, T.; HONINGH, M. Distinguishing different types of coproduction: A conceptual analysis based on the classical definitions. **Public Administration Review**, v. 3, n. 76, p. 427-435, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/puar.12465>
- BRASIL. Ministério Público Federal. **Ranking Nacional da Transparência**. Brasília: MPF, 2016. Disponível em: <https://sig.mpf.mp.br/sig/servlet/mstrWeb?evt=3140&src=mstrWeb.3140&documentID=CD5BD3BA11E621B2E4D90080EFC54015&server=MSTRIS.PGR.MPF.MP.BR&Project=Ranking%20da%20Transparencia&port=0&share=1>. Acesso em: 29 set. 2020.

BRUDNEY, J. L.; ENGLAND, R. E. Toward a definition of the coproduction concept. **Public Administration Review**, v. 43, n. 1, p. 59-65, 1983. DOI: <https://doi.org/10.2307/975300>

CARVALHO, R. M. R. “Lentidão”, território e bem-estar: o movimento da cidade lenta e asustentabilidade do lugar. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, v.1, n. 2, 2014, p. 73-89. DOI: <http://dx.doi.org/10.17271/23178604222014714>

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2009. v.1.

DALLABRIDA, V.R.; BECKER, D. F. Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 2, p. 73-98, 2003. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2003.2.73-97>

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 11, n. 245, 2007.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial e desenvolvimento: uma introdução ao tema. In DALLABRIDA, V. R. (org.), **Governança Territorial e Desenvolvimento: Descentralização Político-Administrativa. Estruturas Subnacionais de Gestão do Desenvolvimento e Capacidades Estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p.15-38.

DI CLEMENTE, E., SALVO, P.; MOGOLLÓN, J. M. H. *Slow* tourism o turismo de la lentitud: Un nuevo enfoque al desarrollo de territorios lentos. **Tourism & Management Studies**, n. 1, p. 883-893, 2011.

DGE (DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO). **Objetivos de desenvolvimento sustentável** Lisboa: Ministério da Educação, 2020. Disponível em <https://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em 30 set. 2020.

DOGRUSOY, I. T.; DALGAKIRAN, A. An alternative approach in sustainable planning: *Slow* urbanism. **International Journal of Architectural Research: ArchNet-IJAR**, v. 5, n. 1, p. 127-142, 2011.

EKINCI, M. B. The Cittaslow philosophy in the context of sustainable tourism development; the case of Turkey. **Tourism Management**, v. 41, p. 178-189, 2014. DOI: www.doi.org/10.1016/j.tourman.2013.08.013

EMMENDOERFER, M. L. et al. Rescate y recalificación de un plato típico para el Turismo en una *Cittaslow*. In Juana Alejandrina Norrild. (Org.). **Gastronomía y Turismo: Destinos con Sal y Pimienta**. Buenos Aires: Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos – CIET, 2017, v.1. p. 98-115. Disponível em <http://www.cieturisticos.com.ar/Destinos%20con%20sal%20y%20pimienta.pdf>. Acesso em 25 ago. 2020.

EMMENDOERFER, M. L. Creative tourist regions as a basis for public policy. In DUXBURY, N.; RICHARDS, G. (Eds.). **A Research Agenda for Creative Tourism**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2019a. p. 151-166. DOI: www.doi.org/10.4337/9781788110723.00022

EMMENDOERFER, M. L. Innovation, Brazil. In: FARAZMAND, A. (ed.). **Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance**. Cham: Springer, 2019b. p. 1-5. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-31816-5_3764-1

EMMENDOERFER, M. L. **Inovação e empreendedorismo no setor público**. Brasília: ENAP, 2019c. Disponível em https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4282/1/6_Livro_Inova%C3%A7%C3%A3o%20e%20empreendedorismo%20no%20setor%20p%C3%ABablico.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

FERREIRA P. F. F. **Desenvolvimento da candidatura da cidade de Viseu à Rede Internacional Slow Cities/Cittaslow**. Dissertação (Mestrado em Gestão Turística) - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu. Instituto Politécnico de Viseu. Viseu, Portugal, 2015.

FORESTER, J. Planning in the Face of Power. **Journal of the American Planning Association**, v.48, n.1, p.67-80, 1982. DOI: <https://doi.org/10.1080/01944368208976167>

FRAGA, B. O. **Coprodução do Plano de Desenvolvimento com base nos princípios Slow**: pesquisa-ação em Rio Doce (MG) Brasil. 2018. 206 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, 2018.

GAIO, S.; GOUVEIA, L. O Branding Territorial: uma abordagem mercadológica à Cidade. **Revista A Obra Nasce**, n. 4, p. 27-36, 2007.

HONORÉ, C. **Devagar**: como um movimento internacional está desafiando o culto da velocidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ILDIKO, G. H. Regional and Town Development in Hodmezovasarhely From The Aspect of *Cittaslow*. **Analele Universităţii din Oradea, Fascicula Protecţia Mediului**, v. 1, n. 20, 197-204, 2013.

INE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA). **Anuário Estatístico da Região Norte - 2017**. Lisboa: INE, 2018. Disponível em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=352358642&att_display=n&att_download=y. Acesso em: 30 set. 2020.

KARABAG, O.; YUCEL, F.; İNAL, M. E. *Cittaslow* Movement: An opportunity for branding small towns and economic development in Turkey. **International Journal of Economics and Research**, n. 313, p. 64-75, 2012.

KWIATEK-SOŁTYS, A.; MAINET, H. *Cittaslow*, a Qualitative Approach to Small Towns Local Development. **Miasto w badaniach geografów**, n. 2, p. 123-135, 2015.

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MATTIA, C.; ZAPPELLINI, M. B. Ética e coprodução de serviços públicos: uma fundamentação a partir de Habermas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 12, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395114417>

- MATUS, C. **Política, planejamento & governo**. Brasília: IPEA, 1993.
- MAYER, H.; KNOX, P. L. Slow cities: sustainable places in a fast world. **Journal of urban affairs**. v.28, n.4, p. 321-334, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9906.2006.00298.x>
- MENDES, J. F. G. **O futuro das cidades**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.
- MIELE, M. *Cittaslow*: Producing *slowness* against the fast life. **Space and Polity**, v. 1, n. 12, p. 135-156, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/13562570801969572>
- MOURA, M. S. et al. Gestão do desenvolvimento local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam as práticas. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 4, p.609-629, 2002.
- ONU BR (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2016. Disponível em: www.agenda2030.com.br. Acesso: 03 set. 2020.
- OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 2, p. 273-288, 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122006000200006>
- OSTRÖM, E. Crossing the great divide: coproduction, synergy, and development. **World development**, v. 6, n. 24, p. 1073-1087, 1996. DOI: [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(96\)00023-X](https://doi.org/10.1016/0305-750X(96)00023-X)
- PALUDO, A. V.; PROCOPIUCK, M. **Planejamento governamental: referencial teórico, conceitual e prático**. São Paulo: Atlas, 2011.
- PINK, S. Urban social movements and small places: *Slow cities* as sites of activism. **City**, v. 13, n. 4, p. 451-465, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/13604810903298557>
- PORTUGAL. **Lei 63. Criação do município de Vizela e elevação a cidade**. Lisboa: Assembleia da República, 1998. Disponível em <https://cutt.ly/uf6cuAR>. Acesso em: 31 de março de 2016.
- RACO, M.; DURRANT, D.; LIVINGSTONE, N. Slow cities, urban politics and the temporalities of planning: Lessons from London. **Environment and Planning C: Politics and Space**, v. 36, n. 7, p. 1176-1194, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/2399654418775105>
- RADSTROM, S. A Place Sustaining framework for local urban identity: An introduction and history of *Cittaslow*. **Italian Journal of Planning Practice**, v. 1, n. 1, p. 90-113, 2014.
- RATTNER, H. Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. **Revista de Administração de Empresas**, v. 17, n. 1, p. 21-27, 1977. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901977000100002>
- RIO DOCE. **História**. Disponível em: <https://www.riodoce.mg.gov.br/index.php/prefeitura/historia>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SAKR, M. R.; DALLABRIDA, V. R. O marketing territorial como estratégia de construção e divulgação da imagem dos territórios: a indicação geográfica como referência. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 4, p. 671-685, out./dez. 2016.

SALM, J. F. Coprodução de bens e serviços públicos. In BOULLOSA, R. F. **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p.42-44,

SCHOMMER, P. C. *et al.* Coprodução e inovação social na esfera pública em debate no campo da gestão social. In: SCHOMMER, P. C; BOULLOSA, R. F. (Orgs.) **Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública**, Florianópolis: UDESC, 2011. p.31-70.

TRUE, E. M.; KILIÇASLAN, Ç. Space Experiences: Example of the Sigacik Settlement of the Citta Slow City Seferihisar, Turkey. **European Journal of Sustainable Development**, v. 4, n. 2, 19, 2015. DOI: <https://doi.org/10.14207/ejsd.2015.v4n2p19>

YIN, R. K. **Case study research and applications: design and methods**. London: Sage, 2018.